



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a”, Lei 14.133/21).

1.1. O objeto do presente procedimento é a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de **sondagem** por dispensa eletrônica, pelo método de execução de sondagens de simples reconhecimento de solos, com “Standart Penetration Test” (SPT), executado por meio de amostrador de diâmetro interno 1 3/8” (35 mm) e externo de 2” (51 mm) tipo Terzaghi-Peck, pelo qual será possível fornecer informações sobre as características do terreno como tipo e comportamento do solo, altura do lençol freático, definição das fundações, quantificação de volumes de escavação e aterros, inclinação de taludes, perfis de terraplenagem, tendo como resultado o conhecimento sobre a geologia do local estudado e a caracterização geotécnica do subsolo com vistas à execução de relatório, projetos básicos, projetos executivos e obras, conforme as normas técnicas vigentes, em especial a NBR 6484/2020 – Execução de Sondagens de Simples Reconhecimento do Solo, NBR 8036/1983 - “Programação de Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos para Fundações de Edifícios, NBR 9603/2015 - Sondagens a Trado, da ABNT, além de outras normas (internacionais) que tratam sobre o assunto, quando não houver norma brasileira, ou ainda que não contrariem ou diminuam as da ABNT, de acordo com as especificações e detalhamentos constantes neste Termo de Referência.

1.2. Essa contratação almeja a execução de serviços de sondagem contemplando como itens de serviço na planilha: mobilizações e desmobilizações de equipes e equipamentos, taxas de instalações por furo, perfurações, sondagem a percussão e sondagem a penetrômetro dinâmico leve.

1.3. O prazo de contratação é de 60 (sessenta) dias, ficando a prorrogação condicionada ao que prevê a Lei Federal nº 14.133/21.

1.4. A execução do objeto deve observar o croqui do projeto de anel viário que integra este Termo de Referência.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, Lei 14.133/21).

2.1. A execução de sondagens de simples reconhecimento de solos (SPT – Standard Penetration Test) é essencial para o adequado conhecimento das características geotécnicas do subsolo na área de interesse. Tais informações são imprescindíveis para a elaboração de projetos de engenharia, garantindo a segurança, viabilidade técnica e econômica das futuras obras.

2.2. A contratação de empresa especializada para a realização dessas sondagens é necessária, uma vez que a instituição não dispõe dos equipamentos, mão de obra qualificada e estrutura técnica para a execução dos serviços com a precisão e confiabilidade exigidas pelas normas técnicas vigentes, em especial a ABNT NBR 6484/2020.

2.3. Além disso, os resultados obtidos com as sondagens subsidiarão a elaboração dos projetos de fundações e contenções, bem como possibilitarão a análise de eventuais riscos geotécnicos, colaborando para a prevenção de patologias estruturais e retrabalho futuro. Trata-se, portanto, de uma etapa indispensável no processo de planejamento e desenvolvimento de obras de infraestrutura, com impacto direto na segurança, durabilidade e custo-benefício dos empreendimentos públicos.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, XXIII, “c”, Lei 14.133/21).

3.1. A presente contratação visa à execução de serviços de sondagem de simples reconhecimento de solos (SPT – Standard Penetration Test), conforme especificações da ABNT NBR 6484/2020, com o objetivo de fornecer subsídios técnicos para a elaboração de projetos de engenharia relativos ao empreendimento a ser implantado.



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

3.2. A solução contempla a contratação de empresa especializada, devidamente equipada e com equipe técnica habilitada, para realizar investigações geotécnicas em pontos previamente definidos pela contratante. Os serviços deverão incluir a mobilização de equipamentos, perfuração do solo, ensaios de penetração padrão (SPT), amostragem representativa, elaboração de perfil estratigráfico e confecção de relatório técnico com os resultados e interpretações dos dados obtidos.

3.3. O produto final será um relatório técnico geotécnico contendo:

- 3.3.1. Identificação e localização dos furos de sondagem;
- 3.3.2. Perfil do solo encontrado em cada furo, com indicação das camadas e profundidades;
- 3.3.3. Resultados dos ensaios de resistência à penetração (N SPT);
- 3.3.4. Descrição das amostras coletadas;
- 3.3.5. Nível do lençol freático, quando identificado;
- 3.3.6. Conclusões e recomendações preliminares para uso em projetos de engenharia.

3.3. A execução adequada dos serviços de sondagem permitirá conhecer as condições do subsolo com precisão, reduzindo incertezas e promovendo segurança e economia na concepção e execução dos projetos estruturais e de fundações.

3.4. As licitantes deverão apresentar suas propostas com base nas suas estimativas de custo para a execução do objeto.

3.5. Os preços serão fixos e irrevogáveis dentro de todo o período contratual, inclusive eventuais prorrogações.

3.6. O início da execução dependerá do que constar no contrato administrativo a ser celebrado.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”, Lei 14.133/21).

4.1. A Contratação obedecerá aos seguintes critérios:

4.1.1 Deverão ser efetuadas **10 pontos** de sondagens com **até 15,50 metros** cada, nos locais indicados no croqui do projeto de anel viário que integra este Termo de Referência.

4.2. Especificações Técnicas das sondagens:

4.2.1 Os serviços, sem prejuízo das técnicas e demais normas deverão seguir, no mínimo as seguintes especificações.

4.2.2. O local definido para a sondagem deverá permitir o desenvolvimento de todas as operações, sem obstáculos, devendo ser iniciada somente após a limpeza do mesmo. Caso haja necessidade, deverão ser utilizados artifícios, previstos em normas, que garantam estas condições, como, por exemplo, execuções de tabladros, entre outras.

4.2.3. Junto ao local onde será executada a sondagem deverá ser cravado um piquete com a identificação da sondagem, que servirá de ponto de referência para medidas de profundidades e para fins de amarração topográfica, devidamente locado em relação a alguma referência fixa do terreno, tal como poste de entrada de energia, ponto definido de construção existente, ponte ou outra obra de arte, etc., devendo ainda ser identificado pela sigla SP nº“n”, onde “n” é o número da sondagem e conter a cota em relação a Referência de Nível (RN) do local.

4.2.4. As amostras deverão ser representativas dos materiais atravessados e livres de contaminação.

4.2.5. Deverão ser executadas, sondagens a percussão, que é um método para investigação de solos em que a perfuração é obtida através do golpeamento do fundo do furo por peças de aço cortantes, sendo utilizada tanto para a obtenção de amostras de solo, como dos índices de sua resistência à penetração.

4.2.6. Os furos de sondagem estão distribuídos no todo o terreno, possibilitando o conhecimento do mesmo para a implantação de uma edificação com aproximadamente 750 m².



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

## Estado de São Paulo

4.2.7. Durante o avanço da sondagem, ao se verificar a ocorrência d'água, deve-se interromper o trabalho e registrar a profundidade. Posteriormente, deve-se aguardar sua estabilização e registrar a profundidade da superfície.

4.3. A sondagem a trado será dada por terminada nos seguintes casos:

4.3.1. quando atingir a profundidade especificada na programação dos serviços;

4.3.2. quando ocorrerem desmoronamentos sucessivos da parede do furo;

4.3.3. quando o avanço do trado for inferior a 5 cm em 10 minutos de operação contínua de perfuração.

4.4. É obrigatório para a execução das sondagens que todas as normas relativas a segurança, saúde e higiene do trabalho sejam seguidas, em especial a utilização de EPI's (Equipamento de Proteção Individual) dos funcionários envolvidos no processo, bem como quanto as instalações dos equipamentos para perfuração, principalmente a instalação adequada do tripé de sondagem para evitar tombamentos.

4.5. A contratada deverá indicar claramente as normas técnicas nas quais fundamenta o trabalho.

4.6. Os serviços deverão ser acompanhados por profissional legalmente habilitado.

4.7. Deverá ser emitida a ART/RRT válida referente ao serviço prestado.

4.8. Relatórios diários sobre o andamento das sondagens.

4.9. A qualquer tempo a Prefeitura poderá fiscalizar os trabalhos de campo para avaliação da equipe de sondagem, do equipamento utilizado e da qualidade do serviço executado e das condições de segurança e higiene do trabalho, conforme especificações e legislação pertinente.

4.10. A Prefeitura poderá solicitar complementações e esclarecimentos do serviço executado.

4.11. Caso seja constatado falhas nos projetos elaborados sobre os dados fornecidos pela empresa e na obra sejam induzidos a soluções equivocadas quanto à fundação, escavação e rebaixamento, a empresa contratada será convocada a prestar esclarecimentos e assumir os custos.

4.12. O arquivo com a locação dos furos de sondagem e o levantamento planialtimétrico será encaminhado a empresa via e-mail, em formato compatível.

4.13. Os resultados das sondagens devem ser apresentados em relatório impresso e digital, constando todos os itens de relevância.

4.14. Após a conclusão dos trabalhos, os furos serão totalmente preenchidos com solo, deixando-se cravado no local uma estaca com sua identificação. Nos furos que alcançarem o nível d'água, essa operação somente será feita após a última leitura do N.A. Em qualquer hipótese a boca do furo deverá ser protegida de modo a não permitir eventuais acidentes.

4.15. A coordenação dos trabalhos da equipe será de responsabilidade do gestor do contrato. A principal característica dessa equipe é a de "Equipe à disposição da Secretaria de Obras do Município, para execução de serviços.

4.16. Quando for necessário e a necessidade de o serviço exigir, deverá ser utilizado um GPS de precisão para georreferenciamento dos trabalhos executados, com leitura mínima de dupla frequência.

4.17. Todos os relatórios técnicos elaborados pela CONTRATADA, serão submetidos à aprovação da Fiscalização, para verificação da aderência às obrigações contratuais, inclusive quanto às estabelecidas neste Termo de Referência.

4.18. Todos os equipamentos, acessórios, softwares e equipe envolvida nos trabalhos deverão ser apresentados à fiscalização para fins de verificação da adequação dos mesmos frente às exigências deste Termo de Referência, antes do início dos serviços.



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

4.19. A contratação observará tanto o orçamento quanto a limitação de espaço físico e a quantidade de pessoas a ser atendidas durante o período de vigência do contrato. A dispensa de licitação ora adotada tem como base o disposto no artigo 75, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

4.20. Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental.

4.21. Não será admitida a subcontratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e”, Lei 14.133/21).**

5.1. O prazo de execução do objeto é de 60 (sessenta) dias a contar da data da assinatura do contrato, vedada a prorrogação.

5.2. Os serviços serão executados por empreitada por preço global.

5.3. A Contratada deverá conhecer todo o município sob jurisdição da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues, estando inteirada quanto à localização dos bairros, distâncias, condições de tráfego das estradas e outras situações que possam interferir na execução dos serviços. A não verificação desses fatores não poderá ser avocada, no desenrolar dos trabalhos, como motivo para alteração dos termos contratuais que vierem a ser estabelecidos ou apresentados para justificação de atrasos na entrega dos serviços. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização geográfica do objeto deste Termo de Referência.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, Lei 14.133/21).**

### **6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).





# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

6.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 6. CRITÉRIOS PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, Lei 14.133/21).

### 6.1. Prazo de pagamento

6.1.1. O pagamento será efetuado em três parcelas iguais mensais e sucessivas, com o primeiro pagamento em **até 30 (trinta) dias**, após a apresentação da nota fiscal/documento equivalente, o que será feito após a conclusão do projeto, respeitado em todo caso a ordem cronológica de pagamentos, devendo a nota fiscal conter o **número da dispensa de licitação**, devendo a Administração certificar que a pessoa jurídica está regular com suas obrigações tributárias, encargos trabalhistas e sociais.

6.1.2. As notas fiscais/documento equivalentes deverão ser encaminhados para os e-mails [nfe@candidorodrigues.sp.gov.br](mailto:nfe@candidorodrigues.sp.gov.br) e [prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br](mailto:prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br).

6.1.3. Será considerado atraso no pagamento, se **decorrido 2 (dois) meses**, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, não houve adimplemento da obrigação pela Administração.

6.1.4. O disposto no item 6.1.3 não se aplica em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

### 6.2. Forma de pagamento

6.2.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.2.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

6.2.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, Lei 14.133/21).**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

### **8.12.1. Habilitação Jurídica:**

8.12.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8.12.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.12.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.12.1.5. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.12.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 8.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do fornecedor, para débitos inscritos e não inscritos;

8.13.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

## 8.14. Habilitação técnica:

8.14.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.14.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.14.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.14.3. Certidão junto ao CREA-SP comprovando o registro da empresa licitante na entidade.

8.14.4. Certidão junto ao CREA-SP comprovando anotações de responsabilidade técnica feita por profissional registrado na entidade.

8.14.5. Certidão junto ao CREA-SP comprovando registro do profissional citado como responsável técnico pela empresa licitante.

8.14.6. Certidão junto ao CREA-SP comprovando a inexistência de débitos junto a entidade do profissional responsável técnico.

## 8.15. Outras comprovações:

8.15.1. Declaração de que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; e de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal; que os sócios/proprietários da empresa não possuem parentesco por consanguinidade ou afinidade até 3º grau com qualquer servidor público ou dirigente da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues, responsável(is) pela licitação; que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas; que suas propostas econômicas compreendem a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; que conhece e aceita todas as condições constantes da licitação em referência, bem como de seus Anexos, e que, desse modo, cumprimos plenamente a todos os requisitos necessários à habilitação e participação no mesmo; que inexistente fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, e que a mesma não foi declarada inidônea





# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

pelo Poder Público, em nenhuma esfera e não está suspensa para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, conforme **Anexo III**.

8.15.2. Declaração do responsável pela assinatura do instrumento contratual, conforme **Anexo V**.

## 8.16. Visita Técnica

8.16.1. A visita técnica ao(s) local(is) da execução dos serviços é **facultativa e** com o objetivo de proporcionar aos licitantes pleno conhecimento das condições existentes, elementos físicos, acessos, interferências e demais aspectos que possam influenciar na elaboração da proposta e na execução dos serviços.

8.16.2. A licitante que optar por não realizar a visita técnica assume plena responsabilidade por eventuais dificuldades ou omissões relativas às condições locais da execução do objeto, devendo neste caso apresentar declaração conforme modelo do **Anexo IX**.

5.5. Em caso de dúvidas sobre a visita aos locais onde serão executados os serviços as licitantes deverão contatar o Secretário de Planejamento, através dos telefones (16) 3257-1133.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, Lei 14.133/21).

9.1. Para a constituição das referências de valores foram realizadas pesquisas de preços junto ao banco de preços.

9.2. A metodologia utilizada para se chegar ao valor final do preço, foi-se a média dos valores obtidos junto ao banco de preços.

9.3. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 37.353,80 (trinta e sete mil trezentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos).

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, Lei 14.133/21).

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, conforme quadro abaixo:

Código da Ficha 39	
Órgão 01	Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade 02	Poder Executivo
Dotação	26.782.0006.2011.00003.3.90.39.00

Este Termo de Referência foi elaborado pela seguinte pessoa:

---

**Cesar Henrique Pagliuso**  
**Engenheiro Civil**



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

## Estado de São Paulo

Nos termos do que dispõe o art. 7º da Lei Federal nº 14.133/21, este Termo de Referência foi analisado e aprovado pelo ordenador de despesa abaixo assinado e identificado:

---

***Tiago Alex Ravazzi***  
***Prefeito Municipal***